

LUSOFONIA, COLONIALISMO E GLOBALIZAÇÃO

LUSOFONÍA, COLONIALISMO Y GLOBALIZACIÓN

LUSOPHONE, COLONIALISM, AND GLOBALIZATION

Cristine Gorski Severo*

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: Pretende-se aproximar as ideias de globalização e lusofonia. Parte-se do princípio que ambas projetam realidades complexas, heterogêneas e fluidas. O artigo recorre a uma retomada histórica em busca da compreensão crítica da dinâmica da lusofonia na globalização moderna. Com isso, inicialmente, explora-se a lusofonia no contexto da colonialidade-modernidade, ilustrando tal discussão como uma série de exemplos que apontam para relações de poder, como o caso do racismo. Na segunda parte, discute-se a relação entre globalização moderna e lusofonia, atentando para o papel de instituições transnacionais (CPLP e IILP), e dos ecos coloniais, na construção e legitimação de encontros culturais e políticos. Dentre os elementos definidores de ideia de lusofonia, atenta-se para o papel da língua portuguesa como signo político transcultural.

PALAVRAS-CHAVE: Poder. Globalização. Lusofonia. Transnacionalismo. Língua portuguesa.

RESUMEN: Se pretende aproximar la globalización de las ideas y de habla portuguesa. Se parte del principio de que ambas proyectan realidades complejas heterogéneas y fluidas. El artículo hace referencia a una hoja de vida histórica en busca de comprensión crítica de la dinámica de la lengua portuguesa en la globalización moderna. Por lo tanto, en un principio, explora la lengua portuguesa en el contexto del colonialismo, la modernidad, que ilustra esta discusión como una serie de ejemplos que apuntan a las relaciones de poder, como el caso de racismo. La segunda parte se analiza la relación entre la globalización moderna y de habla portuguesa, señalando la función de las instituciones transnacionales (CPLP y IILP), y ecos coloniales, la construcción y legitimación de los encuentros culturales y políticos. Entre los elementos que definen la idea de habla portuguesa, con atención a la función de la lengua portuguesa como señal política transcultural.

PALABRAS CLAVE: Poder. Globalización. Lusofonía. Transnacionalismo. Lengua portuguesa; poder.

ABSTRACT: We aim at approximating the concepts of globalization and Lusophone. We consider that both concepts design complex, heterogeneous, fluid realities. The paper presents a historical discussion in search of a critical understanding of the dynamics of the Portuguese language in modern globalization. Initially, we explore the idea of the language in the context of colonialism and modernity, illustrating this discussion with a number of examples that point out to power relations, as racism. The second part of the paper discusses the relationship between modern globalization and Lusophone, paying attention to the role of transnational institutions (CPLP and IILP), and the colonial echoes on the construction and legitimation of cultural and political meetings. Among the defining elements of Lusophone, we focus on the role of the Portuguese language as a transcultural political sign.

KEYWORDS: Power. Globalization. Lusophone. Transnationalism. Portuguese language.

*Docente do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC. Atua na linha de Políticas Linguísticas. E-mail: crisgorski@gmail.com.

I INTRODUÇÃO

O contexto contemporâneo de globalização (QUIJANO, 2002; SANTOS, 2005) é caracterizado por intensos fluxos migratórios – de pessoas, objetos culturais, línguas e recursos simbólicos variados – que favorecem a construção de paisagens cada vez mais híbridas, intersectadas e complexas. A globalização, como fruto da modernidade e das Grandes Descobertas, coloca em tela a ideia de uma relativa homogeneização que afetaria não apenas os mercados econômicos, mas os modos de compreensão e de subjetivação. Exemplos dessa tendência homogeneizante são os grandes blocos políticos e econômicos que se constituíram no contexto colonial, como a anglofonia, a francofonia, a hispofonia e a lusofonia. Tais blocos podem ser tomados como formas de expressão da globalização e sinalizam para diferentes percursos coloniais que compartilharam modos de apropriação, submissão e controle de povos, terras e culturas geopoliticamente localizados nos continentes americano, africano e asiático. Trata-se de gestos de apreensão do Outro mediante um regime de poder complexo calcado na exploração, dominação e gestão econômica, política, cultural e religiosa (QUIJANO, 2002; SANTOS, 2004; MIGNOLO, 2007).

No caso do contexto latino-americano, sinaliza-se para o papel desempenhado por Portugal e Espanha – Península Ibérica – no projeto colonial designado como lusofonia e hispanofonia. Dentre esses, a lusofonia, vinculada à Portugal, enredou não apenas o Brasil, mas países africanos (Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe) e asiáticos (Timor Leste) em uma rede simbólica e política que compartilhou, de forma geral, tanto semelhanças como diferenças. As semelhanças incluíam o uso da língua portuguesa, a presença de missionários católicos, a escravização e a gestão política monárquica (BETHENCOURT; CURTO, 2007; LOURENÇO, 2001). Entre as diferenças, estão as formas específicas como cada contexto redefiniu e subverteu o projeto colonial português. As diferenças e singularidades do processo colonial centrado em Portugal inscrevem a ideia de lusofonias, no plural, em consonância com a perspectiva de Santos (2005, p. 2), para quem “[...] não existe estritamente uma entidade única chamada globalização; existem, em vez disso, globalizações; em rigor, este termo só deveria ser usado no plural”. Embora se reconheça que o processo colonial centrado em Portugal não tenha operado de forma autônoma e homogênea, mas relacionado a um contexto mais amplo e plural (PRADO JÚNIOR, 1942), o presente texto focalizará a relação entre lusofonia e globalização em termos de um projeto que compartilhou relações de poder e de violência relativamente semelhantes em diferentes contextos “lusófonos”.

Atualmente, com o fortalecimento econômico do Brasil, de Angola e Moçambique no cenário internacional, presencia-se a reativação de um interesse pela ideia de lusofonia, definida, em termos gerais, pelo compartilhamento de recursos simbólicos e culturais em língua portuguesa, bem como por interesses econômicos e políticos comuns. O termo *lusofonia*, apesar de ser formado pelo prefixo *luso-*, referente ao universo português, tem sido alvo de ampla ressignificação e debate, em busca de uma visão mais alargada e heterogênea, conforme defendido por Lourenço (2001, p. 111, grifo do autor): “O imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o da *pluralidade* e da *diferença* e é através dessa evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade”. Apesar dessa proposta otimista, defende-se que no âmbito das relações de poder, a lusofonia tem operado como uma arena de lutas e tensões políticas recheada de memórias coloniais delicadas, em sintonia com a avaliação feita pelo escritor moçambicano Mia Couto (2009, p. 187): “A adesão moçambicana à lusofonia está carregada de reservas, aparentes recusas, desconfiadas aderências”.

Neste artigo, mais especificamente, no âmbito da lusofonia, objetiva-se analisar e problematizar o papel da língua portuguesa como signo político, enfocando os conceitos de colonialismo e globalização. Os exemplos que sustentam a argumentação são oriundos de diferentes instâncias discursivas, buscando revelar a maneira como uma rede heterogênea de discursos validou, de variadas maneiras, a lusofonia. Os exemplos usados incluem excertos de textos vinculados a intelectuais considerados intérpretes do Brasil (Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre), documentos históricos, textos historiográficos e discursos políticos e midiáticos contemporâneos. Não se trata, neste artigo, de analisar esmiuçadamente tais discursos¹, mas de estabelecer relações que evidenciem uma teia discursiva histórica que enredou, colonial e globalmente, a língua portuguesa.

¹ Assumimos, neste texto, um olhar panorâmico em que uma análise discursiva verticalizada dos exemplos não se faz necessária para sustentar o argumento central de que a língua portuguesa foi tomada historicamente como signo político. Para um exemplo de análise mais detalhada sobre os significados políticos atribuídos e materializados na língua portuguesa, sugerimos consultar a reflexão de Severo (2015) sobre os sentidos adocicados atribuídos historicamente à língua falada no

O presente texto, portanto, analisa o papel contemporâneo – historicamente construído e validado – da lusofonia na instauração de um regime desigual e assimétrico de interpretações e ações, com efeitos transnacionais, em que a língua portuguesa ocupa lugar central. Considera-se que a lusofonia contemporânea instaura, em diálogo com uma certa história colonial portuguesa e ibérica, chaves específicas de leitura e interpretação da experiência colonial com ressonâncias ainda vivas. Ademais, a lusofonia, tomada como signo político, define o que conta como Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Timor Leste, entre outros, em que a configuração geográfica é construída politicamente (SHOHAT; STAM, 2006, p. 37). Ao tomar a lusofonia como chave interpretativa das relações de poder envolvendo geopolíticas e culturas que foram afetadas por experiências coloniais compartilhadas, este artigo dialoga com as reflexões contemporâneas sobre globalização, colonização e transnacionalismo (SHOHAT; STAM, 2006; SANTOS, 2005, 2004; QUIJANO, 2002; MIGNOLO, 2007). Assim, para averiguar a maneira como a lusofonia inscreve, legitima e naturaliza relações de poder, será considerada a maneira como diferentes discursos se apropriam desse signo, com foco especial aos significados políticos atribuídos à língua portuguesa.

O texto se organiza da seguinte maneira: inicialmente, discorre-se, de forma exemplificada, sobre a relação entre lusofonia e os conceitos de colonização e modernidade; em seguida, tematiza-se a relação entre globalização e lusofonia, apontando as relações de poder e os usos políticos de uma certa concepção de língua; por fim, são tecidas algumas reflexões conclusivas.

2 LUSOFONIA: COLONIZAÇÃO E MODERNIDADE

A globalização – como padrão mundial de relações de poder (QUIJANO, 2005) e fruto de relações transnacionais cada vez mais intensas (SANTOS, 2005) – se vincula, historicamente, ao contexto colonial das Descobertas e mobiliza uma articulação entre quatro eixos interligados (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2007): (i) a colonialidade do poder, centrada na ideia de raça como critério classificatório e hierarquizador; (ii) o capitalismo, como modelo econômico de exploração dos sujeitos; (iii) O Estado, especialmente na forma de Estado-nação, tomado como modelo de gestão política e territorial; (iv) o eurocentrismo, tomado como referência cultural, epistêmica e política do contexto geopolítico Europeu, embora reconheçamos que a Europa não é uma categoria homogênea, mas compartilha “[...] uma mistura voraz de culturas que não apenas ‘bebeu’ das influências não europeias, mas que é de fato ‘formado por elas’” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 39). Neste artigo, faz-se uma leitura da lusofonia em relação a esses quatro eixos, tomados de forma exemplificada e interligada, pontuando o lugar da “língua portuguesa” como signo político. Consideramos esses eixos relevantes para se compreender a lusofonia no mundo contemporâneo, pois entendemos que uma abordagem histórica é necessária para problematizar as categorias e narrativas atuais, especialmente em se tratado de relações de poder envolvendo povos colonizados. Com isso, dialogamos com Said (1995, p. 36), para quem “A extensão mundial do imperialismo europeu clássico, do século XIX e começo do XX, ainda lança sombras consideráveis sobre nossa própria época.”

A globalização é um fenômeno moderno, tendo sido fortemente motivada pelo processo de expansão mercantil, a partir do século XVI, que definiu formas específicas de exercício do poder e de controle dos povos, das terras e dos recursos simbólicos. Modernidade e colonialidade constituem as duas faces de uma mesma moeda (MIGNOLO, 2007), em que “La modernidad es el nombre del proceso histórico em el que Europa inició el camino hacia la hegemonia. Su lado oscuro es la colonialidad” (MIGNOLO, 2005, p. 18). Considera-se que as relações coloniais de poder, vinculadas ao papel desempenhado por Portugal no processo das Descobertas, estavam vinculadas a uma matriz política complexa, que colocava em diálogo o modelo político monárquico, a religião católica, o uso da língua portuguesa e a exploração econômica (LOURENÇO, 2001; MIGNOLO, 2007). Diante disso, a modernidade – vinculada à colonialidade – produziu uma série de “estruturas de atitudes e referências”² (SAID, 1995), ou “regimes de verdade”³ (FOUCAULT, 1984; SHOHAT; STAM, 2006), sobre os povos colonizados, como é o caso dos

Brasil. Somos, também, reféns dos limites de formatação, o que dificulta uma apresentação esmiuçada dos exemplos, embora acreditemos que eles devam ser considerados em conjunto, evidenciado a heterogeneidade discursiva do “regime de verdade” que definiu a lusofonia enquanto ideia e prática.

² Nas palavras de Said (1995, p. 88): “Estou falando da maneira como as estruturas de localização e referência geográfica aparecem nas linguagens culturais da literatura, história ou etnografia, às vezes de maneira alusiva e às vezes cuidadosamente urdidas, por meio de várias obras individuais que, afora isso, não mantêm vínculos entre si nem com uma ideologia oficial do “império”.

³ Segundo Foucault (1984, p. 12), as sociedades definem histórica e politicamente seus regimes de verdade, que dizem respeito aos “[...] tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona

relatos e crônicas de viajantes, das literaturas de exploração e viagem, das pinturas, das cartas escritas pelos jesuítas e exploradores, dos manuais de instrução pedagógica, dos instrumentos linguísticos (dicionários e gramáticas), entre tantos outros responsáveis por construir um dado regime de interpretações e formas de experiência. O colonialismo e imperialismo, portanto, “[...] ocorreram além do plano das leis econômicas e das decisões políticas, e – [...] pela consolidação contínua da educação, literatura, artes visuais e musicais – manifestaram-se em outro nível de grande importância, o da cultura nacional” (SAID, 1995, p. 44). A título de ilustração das produções culturais no Brasil colonial, especialmente no início do século XIX, uma série de artistas franceses, entre eles Joaquim Lebreton, Taunay, Debret, Montigny, Pradier, entre outros, construíram representações iconográficas que ajudaram a moldar uma ideia de Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A lusofonia, enquanto signo político colonial, construiu representações centradas em Portugal e suas instituições, embora seu “sucesso” esteja mais atrelado a uma correlação de acasos do que a premeditações (LOURENÇO, 2001). Nesse contexto, a língua portuguesa emergiu como signo colonial que caracterizou as relações de poder envolvendo: as missões jesuítas, em sua empreitada de conversão religiosa; os setores administrativos, na forma de produção de documentos e registros coloniais; as esferas artísticas e intelectual, pela produção de gêneros literários circulantes pelas colônias em língua portuguesa; e as instâncias econômicas e políticas, pelo processo de escravização. Embora não seja o objetivo do presente texto detalhar tais casos em que a língua portuguesa serviu ao processo colonizador, busca-se apresentar, a título de exemplificação e de ilustração, algumas situações que revelam o papel político da língua portuguesa em relação aos quatro eixos da colonialidade mencionados anteriormente. Nota-se que os exemplos mostram uma relação entre colonialismo, eurocentrismo (lusofonia) e globalização, em que os contatos “transnacionais” foram inicialmente enredados e possibilitados pelo compartilhamento da língua portuguesa. Consideramos, portanto, que o “[...] colonialismo é o etnocentrismo [na forma de lusofonia] armado, institucionalizado e globalizado” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 41)

Um dos exemplos a mencionar envolve o ensino de língua portuguesa pelos jesuítas aos povos ditos indígenas no contexto colonial, paralelamente à produção de instrumentos linguísticos, por esses jesuítas, sobre as línguas indígenas, rotuladas como “línguas gerais”. Sobre o papel político das línguas na empreitada colonial, Gilberto Freyre (1933, p. 44) sinaliza para o empenho dos jesuítas contra a emergência de uma relativa unidade entre os indígenas, que foi “[...] assegurada pelo catecismo e pelas Ordenações, pela liturgia católica e pela língua portuguesa auxiliada pela ‘geral’ de criação jesuítica.”. As línguas faladas pelos diferentes povos indígenas foram agrupadas no rótulo de “língua geral”, em um claro processo de homogeneização das diferenças linguísticas e culturais mediante a construção de uma categoria genérica e simplificada para enquadrar as línguas indígenas. Assim, a língua portuguesa serviu, a um mesmo tempo, para fins de evangelização católica e construção de uma unidade política em torno da Coroa, e não dos povos indígenas.

Sobre o papel da língua portuguesa na doutrinação religiosa, o historiador Buarque de Holanda (1936, p. 65) menciona a opção dos protestantes holandeses pelo uso dessa língua para a doutrinação, em detrimento do neerlandês, em relação à obtenção das finalidades evangelizadoras:

[...] os missionários protestantes, vindos em sua companhia, logo perceberam que o uso da língua neerlandesa na instrução religiosa prometia escasso êxito, não só entre os africanos, mas entre os gentios da terra [...] A experiência demonstrou, ao cabo, que seu [língua portuguesa] emprego em sermões e prédicas dava resultados mais compensadores.

Assim, a lusofonia no contexto colonial operou pela reprodução de instituições portuguesas – ensino e religião – que validaram o que conta como língua a partir de chaves epistêmicas eurocêntricas (Auroux, 2009). Além disso, as línguas europeias eram consideradas ontologicamente superiores, pois eram derivadas do latim. Nesse caso, observa-se o papel da língua justificando relações racistas, sendo o racismo entendido como “[...] a atribuição generalizada de valor a diferenças reais ou imaginárias para o benefício do acusador sobre a vítima” (HARMAND, s/d apud SHOHAT; STAM, 2006, p. 45). Com isso, tratava-se de atribuir

uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”. No caso deste artigo, trata-se de considerar um grupo heterogêneo de discursos produziram chaves interpretativas “verdadeiras” sobre a experiência colonial, incluindo o papel da língua portuguesa.

diferentes valores às línguas com fins de legitimar as diferenças e hierarquias entre os povos, em que o domínio da língua portuguesa serviria como critério para ratificar os discursos raciais de diferença entre os povos (SEVERO; MAKONI, 2015).

Outro exemplo a mencionar diz respeito à administração da colônia. Embora o uso de uma aparelhagem burocrática no Brasil esteja fortemente atrelado à chegada da família real e à criação da Imprensa Régia em 1808 – com a produção de documentos variados, como decisões, legislações, papéis diplomáticos e atos jurídicos (SCHWARCZ; STARLING, 2015) – a gestão (política e religiosa) das colônias era documentada pelos jesuítas. A comunicação com o reino ocorria, entre outros, através de cartas emitidas pelos padres da Companhia de Jesus. Essa relação entre missionários e reino no contexto colonial foi intensificada pelo fato de que “[...] cabia principalmente ao clero a tarefa de manter a lealdade dos povos coloniais à Coroa Ibérica” (ALENCASTRO, 2000, p. 24). Embora o uso do letramento em língua portuguesa, na forma de burocracia, tenha possibilitado o controle político, pelos jesuítas, dos povos de tradição oral, destaca-se a apropriação da escrita por indígenas guarani como gesto de resistência, como foi o caso do uso da escrita em língua portuguesa por lideranças indígenas contra a colonização espanhola.

Neumann (2007), por exemplo, relata que os guaranis das reduções jesuíticas do Paraguai, nos séculos XVII e XVIII, ocupavam vários cargos que exigiam o domínio da modalidade escrita da língua portuguesa – como administradores, evangelizadores e professores –, constituindo a uma pequena “elite” local. Dentre as ocupações conferidas aos indígenas, “[...] a aptidão letrada foi verificada com maior frequência entre aqueles indígenas que desempenhavam cargos ou funções junto aos cabildos misioneros, modalidade de ‘conselho municipal’ adotada na administração das reduções” (NEUMANN, 2007, p. 51). Este exemplo ilustra não apenas o domínio por indígenas do letramento em língua portuguesa no século XVII, mas o papel político desse letramento como definidor das posições sociais e hierarquias no interior das missões jesuíticas. Além disso, o exemplo retrata a maneira como esse sistema foi imposto aos indígenas, produzindo novas cisões e diferenciações sociais entre esses sujeitos. A escrita também foi apropriada pelos indígenas com fins de resistência política, exercendo papel importante na deflagração da Guerra Guaranítica, entre 1754 e 1756 (NEUMANN, 2007). Depreende-se daí a dimensão polivalente e microfísica do poder, estremecendo uma visão vertical e autoritária do poder (FOUCAULT, 1984), especialmente em relação ao domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.

Outra situação ilustrativa da dimensão política da lusofonia se vincula à intensa construção de representações imagéticas e verbais sobre o Brasil colonial durante a colonização portuguesa, em que cronistas da corte buscavam construir um discurso de legitimação política. Exemplos são a *Crônica da Tomada de Ceuta*, em que Gomes Eanes Zurara – contemporâneo de Fernão Lopes – narra a visão messiânica de um novo rei, bem como a expansão portuguesa; e a *Crônica dos Feitos de Guiné*, assinada por Zurara, que descreve os primeiros contatos dos portugueses com os africanos da costa ocidental, tentando justificar a escravização (REBELO, 2007). Rui Pina, um outro cronista da corte, registrou a conversão do rei do Congo ao Cristianismo, no século XVI, validando e legitimando, literariamente, o papel do Catolicismo nas empreitadas coloniais. Além disso, tem-se o famoso épico *Os Lusíadas* (1572), de Camões, e o anti-épico *Peregrinação* (1569), de Fernão Mendes Pinto (REBELO, 2007; LOURENÇO, 2001). Esse período literário, conhecido como a primeira idade do ouro cultural de Portugal, registrou representações imagéticas e verbais (pelo uso da língua portuguesa) de “[...] um pequeno povo de extravagante destino, que está no Oriente como não está em casa e navega em suas naus de Antuérpia ao Japão, de Lisboa ao Rio da Prata” (LOURENÇO, 2001, p. 85). A segunda idade do ouro centrou-se no século XIX de Eça de Queiroz e Garrett, ilustrando a memória melancólica de um tempo grandioso e a busca por uma nova identidade. De forma geral, em termos estéticos, literários e religiosos, Portugal deixou seus rastros nas ex-colônias, interligando-as através da expressão cultural do *barroco*, que criou “[...] da China ao Brasil, [...] o mais original monumento de palavras e utopia de que a visão católica do mundo era ainda capaz” (LOURENÇO, 2001, p. 88).

Além das crônicas, outro gênero literário que construiu representações coloniais foi a comédia teatral, como o autor Gil Vicente que, no século XV, apresentava personagens africanos falando português com “sotaque *guinéu*” (REBELO, 2007), criando situações em que a língua era usada para legitimar e difundir estereótipos. Em termos historiográficos, foram escritas as obras *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* (1551), por Fernão Lopes de Castanheda; e a ampla obra *Décadas da Ásia* (1552-1615), pelo famoso historiador e cronista João de Barros. No século XVII, é emblemático citar a extensa produção feita pelo padre Antônio Vieira, no Brasil, que girou em torno de quinze volumes de sermões e cartas. Dentre as pregações de Vieira estava a

crença na criação do quinto império⁴, reforçando o mito nacional calcado na promessa de um destino imperial para Portugal (REBELO, 2007; LOURENÇO, 2001).

Salienta-se, conforme visto, o papel central desempenhado pela religião católica na construção de representações e de instrumentos coloniais. Nesse caso, trata-se da “[...] dimensão ecumênica que desde o século XV os portugueses reivindicam como seu bem próprio e sua imagem de excelência.”. Mesclando religião e literatura, tem-se que “[...] a ideia de pulsão central e, mesmo obsessiva, da cultura portuguesa é a sua vocação lírica” (LOURENÇO, 2001, p. 38). Defende-se que essas representações literárias e artísticas não foram neutras, mas definiram um “[...] regime específico de identificação e pensamento [...]: um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações” (RANCIÈRE, 2009, p. 13).

Um outro exemplo ilustrativo do contexto colonial diz respeito ao papel político e econômico da escravização e sua relação com a lusofonia e o uso da língua portuguesa. A escravização, levada a cabo pela colonização portuguesa, centrou a exploração econômica no Atlântico Sul envolvendo Brasil e África de formas específicas. Nesse sentido, a dimensão econômica da exploração colonial, pelo tráfico de pessoas, possibilitou a emergência de relações profundas entre Brasil e, especialmente, Angola: “Desde o século XVI, surge um espaço territorial, um arquipélago lusófono composto dos enclaves da América portuguesa e das feitorias de Angola” (ALENCASTRO, 2000, p. 9). O domínio da língua portuguesa foi tomado como signo de diferenciação e de prestígio e, a depender da situação, poderia render a liberdade para algum escravizado. Esse foi o caso de João Garrido, nascido na Costa do Guiné e levado, em meados do século XV, para Portugal, onde aprendeu português e atuou como intérprete no sistema português escravocrata em Guiné. Essa atuação possibilitou o recebimento da sua carta de alforria (CURTO, 2007).

Esse caso é ilustrativo da maneira como a emergência de intérpretes (linguísticos e culturais) – pelo conhecimento da língua portuguesa e da forma de funcionamento das instituições portuguesas – possibilitou o surgimento de uma nova classe de agentes coloniais no interior de uma hierarquia política. Esses agentes assumiam novos postos de poder como recompensa por seus “serviços”, o que revela que as relações de poder no contexto colonial não operavam de forma dicotômica ou binária, mas eram complexas e móveis: “Por costume, após um escravo-intérprete ter feito quatro viagens e ter trazido a seu mestre quatro escravos, ele poderia obter a liberdade”⁵ (CURTO, 2007, p. 317). Importante frisar que, embora Portugal tenha se apropriado de um sistema de comunicação mediado por intérpretes locais (os *linguas*), isso não significa, necessariamente, submissão, uma vez que muitos deles operaram de forma ambivalente, manipulando, ocultando ou dominando informações e sigilos, o que gerava, em alguns casos, situações de desconfiança nos colonizadores, especialmente pelo entre-lugar ocupado pelos intérpretes: “Suspeitava-se que a alma do intérprete havia sido corrompida, sendo contaminada pelo outro lado” (COUTO, 2011, p. 3).

Outra situação que revela a dinâmica política e identitária colonial foi o *Estatuto do Indigenato* (1926-1961), um conjunto de documentos que definia as categorias identitárias de indígena, assimilado e civilizado. Dentre os traços de caracterização do assimilado e do civilizado estava o domínio da língua portuguesa. Esse domínio linguístico deveria ser comprovado através da realização de um exame, no qual “[...] o angolano deveria demonstrar saber falar correctamente a língua portuguesa e mostrar que tinha adquirido, no mínimo, a ilustração e os hábitos individuais e sociais dos portugueses, em especial, comer à mesa” (MINGAS, 2000, p. 47). Embora essas categorias identitárias estejam vinculadas formalmente ao conceito de cidadania – ao invés de “escravo” – ressalta-se que a abolição oficial da escravatura, no século XIX, não significou o final da exploração, afinal, “[...] após a abolição da escravatura, ainda muitos africanos foram obrigados a trabalhar para os europeus pura e simplesmente à força” (KANDA, 2005, p. 22).

No Brasil escravocrata, a categoria “escravo” foi classificada linguisticamente como *boçal*, aquele que não dominava a língua portuguesa, e *ladino*, aquele que compreendia a língua portuguesa. Essa variação no domínio da língua estaria vinculada à ideia

⁴A ideia de uma Comunidade Lusófona (CPLP) opera, por vezes, como uma retomada desse ideal messiânico de um “quinto império”, que teria, contemporaneamente, o papel de “[...] integrar toda a humanidade e construir a fraternidade universal” (FREIXO, 2009, p. 25).

⁵No original: “By custom, after a slave-interpreter had made four voyages and brought his master four new slaves in return, he could obtain freedom.” As traduções são de minha responsabilidade.

racista de mais ou menos aculturação. Além disso, uma série de adjetivações pejorativas foram atribuídas ao modo de falar a língua portuguesa pelos africanos e afrodescendentes no século XIX, conforme ilustram anúncios de jornais da época analisados por Gilberto Freyre: “Fala tão atrapalhada que sendo creoulo parece boçal’, isto é, africano. ‘Um pouco leso e maluco’” (Diário de Pernambuco, 1850 apud ALKMIN, 2006, p. 224). Outro exemplo de apreciação negativa sobre o modo de falar dos africanos pode ser encontrado na historiografia brasileira, conforme se percebe na valoração feita pelo próprio Gilberto Freyre (1933, p. 323-324): “À figura boa da ama negra que, nos tempos patriarcais, criava o menino lhe dando de mamar, que lhe embalava a rede ou o berço, que lhe ensinava as primeiras palavras de português errado [...]”.

Apreciações depreciativas sobre o modo de falar português dos africanos também estiverem presentes no contexto angolano colonial, com o uso de expressões como “pretoguês”, “português de preto”, “português moreno” e “dialeto” para designar a variedade linguística falada pelos angolanos (MINGAS, 2000). Trata-se de casos racistas que usam a língua como pretexto para legitimar a subalternização dos africanos, em que “[...] o racismo envolve um duplo movimento de agressão e narcisismo; o insulto ao acusado é acompanhado de um elogio ao acusador” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 45). No caso da língua portuguesa, o elogio se remetia ao padrão normativo e legitimador do português lusitano, falado e escrito por portugueses.

Em termos expansionistas, a língua portuguesa, já no século XVI, operou como signo colonial que enredou diferentes geopolíticas através da promoção de uma ampla rede de comunicação com fins econômicos: “[...] durante o século XVI, na medida em que o colonizador português estabelecia sua presença em cidades portuárias da Ásia e da África Oriental, a língua portuguesa era cada vez mais adotada como um meio de comunicação internacional, embora de forma simplificada”⁶ (DISNEY, p. 2007, p. 299). Além disso, o português foi a primeira língua de comunicação entre o Japão e o Ocidente, sendo usada, inclusive, por estrangeiros de outras nacionalidades, produzindo uma variedade híbrida entre português e japonês, que foi usada até o século XVIII (REBELO, 2007). O uso internacional da língua portuguesa, construindo uma rede “trans-colonial” de comunicação, também caracterizou as práticas administrativas e religiosas da Companhia de Jesus, que incentivava o compartilhamento de cartas entre as colônias e a metrópole e vice-versa (NELLES, 2014). Essa troca de cartas possibilitou uma relativa centralização política e religiosa através do controle das informações por Portugal. Esse exemplo nos revela um “[...] imenso progresso na comunicação entre as culturas, principalmente através do domínio de línguas mutuamente compreensíveis”⁷ (DISNEY, 2007, p. 309). Testemunhamos, com a colonização linguística portuguesa, as sementes da globalização moderna.

Concluindo esta seção, nota-se que os quatro eixos da colonialidade citados – a colonialidade do poder, o capitalismo, o Estado-nação e o eurocentrismo – se apoiaram mutuamente na construção e manutenção da lusofonia como signo colonial de poder e dominação no contexto colonial. Esta seção não focou os processos de independência e de formação dos Estados nacionais, temas que serão sucintamente retomados a seguir. Embora os contextos colonial e pós-independência se refiram a enquadramentos políticos diferentes e, aparentemente, opostos, acreditamos que o papel desempenhado pela língua portuguesa não foi subvertido após a independência das colônias, sendo reiterada através de instituições e relações de poder atualizadas, em que o modelo de Estado-nação europeu foi reapropriado e a língua portuguesa foi oficializada pelas ex-colônias portuguesas. Considera-se essa retomada histórica importante para problematizar as relações de poder de governo e subjugação dos povos e culturas instauradas pelo regime político lusófono e ainda ressoantes contemporaneamente (MARGARIDO, 2000).

A seção a seguir focará aspectos contemporâneos da globalização e da lusofonia, enfocando os limites do Estado-nação, a ideia de transnacionalismo e o papel do capitalismo na mercantilização dos bens culturais.

⁶ No original: “[...] during the course of the sixteenth century, as the Portuguese established their presence throughout the port cities of Asia and East Africa, Portuguese itself was increasingly adopted as an international medium of communication, albeit in a simplified form”.

⁷ No original: “[...] great progress in communicating cross-culturally, especially through the mastering of mutually comprehensible languages”.

3 LUSOFONIA: GLOBALIZAÇÃO E TRANSNACIONALISMO

Assim como a relação modernidade-colonialidade é multifacetada, os processos de globalização também são múltiplos e apresentam “[...] dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo” (SANTOS, 2005, p. 2). Disso decorre que leituras centradas na dimensão econômica da globalização – como os mercados transnacionais e sistemas financeiros – não contemplam a diversidade do fenômeno da globalização. Diante disso, sustenta-se que a lusofonia, enquanto uma forma de expressão da globalização, não deve ser vista como um fenômeno exclusivamente econômico, embora tenha sido fortemente motivada por interesses mercantis no contexto colonial, e por interesses capitalistas na modernidade. Defende-se que motivações culturais, religiosas e políticas embalarão fortemente as naus portuguesas, produzindo, desde o século XVI, uma complexa rede de conexões e comunicações que envolveram regiões asiáticas, africanas, latino-americanas e europeia (BETHENCOURT; CURTO, 2007).

Além disso, a globalização, ao invés de um movimento unicamente homogeneizante, se caracteriza pela tensão entre particularismos e universalismos em relação às formas de apropriação e subversão da lusofonia em diferentes contextos coloniais. Exemplos dessa tensão entre padrões generalizantes e singularidades foi a emergência de línguas híbridas, como o português brasileiro, o português moçambicano, o português angolano e o português timorense, além das línguas ditas crioulas. Todas essas línguas surgiram como efeito dos contatos linguísticos, hibridizando os diferentes níveis, desde o fonológico até os relacionados aos aspectos pragmáticos e discursivos (MINGAS, 2000; GONÇALVES, 2012; SEVERO, 2011). A complexidade da globalização também rompe com visões binárias e dicotômicas (colonizador vs. colonizado), para incluir uma série de agentes políticos e jogos políticos que revelam a dinamicidade, polivalência e microfísica das relações de poder em níveis regionais e locais (SEVERO; MAKONI, 2015; FOUCAULT, 1984; COOPER; STOLER, 1997).

Tendo em vista as características elencadas acima, é possível refletir sobre a relação entre lusofonia e globalização contemporânea a partir de três eixos interligados: econômico, político e cultural. Tais eixos dialogam com a proposta de Mignolo (2007) a respeito da colonialidade-modernidade apresentadas na seção anterior.

Sobre a dimensão econômica da lusofonia, toma-se como caso ilustrativo a fundação da CPLP, que, a despeito dos aspectos culturais compartilhados, tem cada vez mais focalizado interesses econômicos como critério de aproximação dos países-membros. Esse interesse econômico se tornou mais evidente com a aprovação da participação de Guiné Equatorial, em 2014, como o mais novo membro do bloco, apesar das intensas oposições feitas a essa aprovação devido a casos de violação aos direitos humanos (LEVISKI, 2015; NOVAIS, 2015). Ressalta-se que esse país africano não compartilha uma história colonial lusófona, critério usado, até então, como delimitador da escolha dos membros da comunidade. Se, por um lado, a aceitação de Guiné Equatorial sinaliza para a dimensão econômica da comunidade, por outro, ela estremece o papel político de um ideal lusófono centrado na língua portuguesa e em Portugal.

A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 e, ironicamente, surgiu como iniciativa da embaixada brasileira, embora, com o passar do tempo, ela tenha se tornado “[...] um dos aspectos fundamentais da política externa portuguesa nos últimos anos” (FREIXO, 2009, p. 49), ressoando o sonho de dominação colonial do quinto império (MARGARIDO, 2000). Anterior à CPLP, foi fundado, em 1989, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) em São Luís do Maranhão, por sete chefes de Estados que tinham a língua portuguesa como oficial. A criação do IILP buscava, além de preservar e difundir o patrimônio cultural vinculado à língua, alcançar “[...] uma projeção maior, que seria a aproximação política, econômica, comercial entre os países” (Embaixador Celso de Souza e Silva apud VIGGIANO, 1994, p. 18). A dimensão econômica e política da CPLP tem sido problematizada a partir de diferentes enfoques (DINIZ, 2015; SEVERO, 2015; SILVA, 2013; ZOPPI-FONTANA, 2009; FREIXO, 2009; LOURENÇO, 2001; MARGARIDO, 2000, LEVISKI, 2015): pelo interesse neocolonial, pela mercantilização e instrumentalização da língua, pelo reforço de nacionalismos, pela supremacia de Portugal e Brasil em relação aos demais países, pela imposição de uma norma linguística já normatizada e estabilizada – como as variedades portuguesa e brasileira –, entre outros aspectos. Além disso, outro dado que revela a relação econômica entre língua e CPLP está na passagem do Instituto Camões para a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1994, sinalizando para o papel que a língua portuguesa assumiu na política externa do país

As políticas oficiais da CPLP e do IILP de promoção da língua portuguesa produzem um efeito cascata ao motivarem uma ampla produção de materiais instrucionais com diferentes propósitos: além do ensino de português como língua materna em todos os países membros da comunidade, há preocupações com a produção de metodologias de ensino de português como língua estrangeira, além da aplicação de testes de proficiência em língua portuguesa brasileira (Celpe-Bras) e portuguesa (QuaREPE). Além disso, nos últimos anos, presenciamos uma série de iniciativas que visam dar relevo e consistência teórico-metodológica à ideia de “português como língua estrangeira” (PLE), incluindo designações derivadas, como *língua adicional* e *LP para falantes de outras línguas*, entre outras (DINIZ, 2015). Dentre essas iniciativas, observamos no Brasil uma ampliação do espaço de debate em torno do PLE em congressos da área, o crescimento do número de publicações de livros e artigos sobre o tema e a criação de cursos de graduação e pós-graduação em diversas instituições públicas, entre outras iniciativas. Trata-se da construção de um novo objeto de pesquisa, que coloca em tela interesses econômicos (indústria da língua), políticos (construção de um objeto “científico”) e culturais (as ideias de “estrangeiridade” e “natividade” da língua portuguesa). Em tempos de neoliberalismo agressivo, presenciamos um processo político e acadêmico de mercantilização da língua, em consonância com a ideia de que os “[...] fenômenos culturais só interessam na medida em que se tornam mercadorias que como tal devem seguir o trilho da globalização econômica” (SANTOS, 2005).

Se, por um lado, as discussões em torno do “português como língua estrangeira” parecem ratificar discursos nacionalistas através da retomada de conceitos como “língua materna e língua estrangeira” – definidores de uma identidade nacional –, por outro lado, a dimensão política da globalização coloca em xeque a normatividade das categorias de tradição, nacionalismo e pertencimento em prol da ideia de desterritorialização, que tem permeado as discussões em torno de transnacionalismos e multiculturalismos. Os grandes deslocamentos e migrações têm promovido reajustes conceituais, por exemplo, nas ideias de comunidade e de localismo. Diante dos fluxos e redes – de pessoas e culturas –, torna-se delicado sustentar categorias teóricas usadas no contexto do Estado-nação e pautadas nas ideologias do romantismo, que reforçam o ideal da língua materna (e de falante nativo) em detrimento da língua estrangeira: “O Romantismo foi, em grande medida, uma reação contra a palavra estrangeira e o domínio que ela exerceu sobre as categorias do pensamento” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1929, p. 110). Paradoxalmente, a suposta abertura de fronteiras inscrita no ideal lusófono é boicotada por reforços de limites e delimitações linguísticos e territoriais, o que se evidencia fortemente nas atitudes preconceituosas em relação aos imigrantes africanos de países integrantes da CPLP em Portugal (MARGARIDO, 2000) ou no Brasil, a exemplo dos alunos que frequentam as universidades públicas através de convênios estudantis internacionais (PEC-G e PEC-PG).

A partir disso, podemos indagar a respeito dos limites linguísticos que definem o que seria materno e/ou estrangeiro em contextos de deslocamentos e diáspora. Na política linguística estatal brasileira, por exemplo, a exigência de provas de proficiência em língua portuguesa (Celpe-Bras) para países integrantes da CPLP parece reavivar essa ideologia nacionalista que define, reivindica e institucionaliza a brasilidade da língua, em ressonância com atitudes do governo português em defesa da lusitanidade do português⁸. Se, por um lado, a CPLP se coloca como uma comunidade transnacional, por outro, esse transnacionalismo não tem sido suficiente para colocar em xeque os limites do Estado-nação e das fronteiras que definem o que conta como “língua portuguesa”. Assim, a tensão entre Estado-Nação (Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, etc.) e comunidade transnacional parece ecoar nas políticas ambivalentes da CPLP e do IILP e, também, em posicionamentos teóricos e políticos adotados por alguns pesquisadores em torno do ensino de língua portuguesa, ao reforçarem categorias como língua materna, variedades do português, dialeto e língua estrangeira, conforme ilustram alguns artigos publicados, por exemplo, na Revista da Sociedade Internacional de Português como Língua Estrangeira (SIPLE, 2016). Essa tensão contemporânea é diagnóstica por Santos (2005, p. 8):

Se, para uns, o Estado é uma entidade obsoleta e em vias de extinção ou, em qualquer caso, muito fragilizada na sua capacidade para organizar e regular a vida social, para outros, o Estado continua a ser a entidade política central, não só porque a erosão da soberania é muito selectiva, como, sobretudo, porque a própria institucionalidade da globalização - das agências financeiras multilaterais à desregulação da economia - é criada pelos Estados nacionais.

⁸ Exemplificando, a Embaixada brasileira em Luanda apresenta a seguinte notificação: “A partir deste ano, passará a ser exigido dos candidatos dos PALOPs o certificado do Celpe-Bras ou comprovante de inscrição na edição de 2015/1 do exame, em atendimento ao disposto no sub-item “V” do artigo 6º do Decreto.”

Sobre os aspectos culturais da lusofonia, vivenciamos uma intensa circulação de bens culturais e simbólicos que são compartilhados como recursos que inscrevem diferenças étnicas, identitárias, culturais, literárias e linguísticas. Embora a arte e a cultura possam ser vistas como lugares de resistência à mercantilização, as regras que definem a circulação das obras literárias, por exemplo, muitas vezes são ditadas pelo mercado econômico, ou apresentam motivações políticas. Por exemplo, as obras africanas que não circulam por Portugal dificilmente circulam pelo Brasil; e os escritores africanos conhecidos em Portugal são, geralmente, os “lusodescendentes”, o que aponta para uma situação de “dominância etnocultural” (MATA, 2009, p. 7). Assim, a circulação da obra artística é fortemente influenciada por regras políticas e econômicas que definem o que vale a pena ser lido ou não, ou o que é literatura de boa qualidade ou não.

Como prática de resistência a uma suposta homogeneização lusófona, pode-se mencionar a maneira como os elementos estéticos, como a literatura, inscrevem regimes de interpretações e formas de experiência que desestabilizam ordenamentos e distribuições coloniais hierarquizadas, possibilitando a emergência de novas visibilidades e vozes (RANCIÈRE, 2009). Exemplo disso é o uso de línguas africanas – ou da língua portuguesa hibridizada com línguas africanas – em obras literárias escritas em língua portuguesa, em que aquelas línguas e hibridizações veiculam novos significados e modos de apreensão do mundo em contraste com os usos da língua portuguesa. Esse plurilinguismo inscrito na obra literária (BAKHTIN, 1998) pós-colonial abre espaço para a democracia, uma vez que cria condições (aparentemente) iguais para que os sujeitos compartilhem uma comunidade sensível, para além da comunidade da lei e da polícia (RANCIÈRE, 2009). Trata-se, assim, de pensar a política para além da lei, do código, da regra e do controle policial. Ou, de pensar uma ideia de comunidade multicultural para além da CPLP e da língua portuguesa, em que o que emerge como principal é a “[...] reestruturação de relações intercomunitárias no interior e além do estado-nação, de acordo com os imperativos internos de diversas comunidades” (SHOHAT; STAM, 2003, p. 87). Para tanto, trata-se de colocar em relevo as relações de poder próprias dos diálogos interculturais, desconstruindo, inclusive, as fronteiras construídas pelos conceitos de língua.

Por fim, as tensões culturais e identitárias que emergem dos encontros promovidos pelos fluxos e deslocamentos se enquadram nas lutas por reconhecimento identitário, étnico e religioso, para além dos valores mercantis que tal reconhecimento possa favorecer ou veicular (SANTOS, 2005). Em termos linguísticos, essas lutas identitárias se manifestam, por exemplo, nos movimentos de reconhecimento e legitimação das línguas africanas, línguas indígenas, língua da comunidade surda, entre outras línguas consideradas “minoritárias”; bem como nas revisões epistemológicas daquilo que conta como língua e como “direitos linguísticos” em contextos pós-coloniais (SEVERO; MAKONI, 2015; IRVINE, 2008; MAKONI; PENNYCOOK, 2006; ERRINGTON, 2001; FARDON; FURNISS, 1993; PHILLIPSON, 1992). Nos projetos coletivos, é preciso garantir espaço para a discussão permanente sobre as relações de poder e assimetrias que envolvem as comunidades envolvidas e suas práticas linguístico-discursivas, evitando a reprodução açucarada de ideais coloniais centrados na lusofonia, bem como a reprodução de determinados conceitos linguísticos gestados no contexto colonial.

4 PALAVRAS FINAIS

Este texto teve como objetivo correlacionar as ideias de colonialismo, globalização e lusofonia, entendendo a lusofonia como uma forma de expressão da globalização. Para tanto, apresentou uma discussão sobre a construção política da lusofonia no contexto da colonialidade-modernidade, ilustrando tal discussão como uma série de exemplos que apontam para relações de poder, como o caso do racismo. Em seguida, o artigo explorou a relação entre globalização moderna e lusofonia, atentando para a complexidade de ambos os conceitos e para o papel da língua portuguesa e de instituições transnacionais (CPLP e IILP) na construção e legitimação de encontros culturais e políticos.

Compreendemos lusofonia e globalização como signos políticos que envolvem relações de poder e assimetrias. Exemplificando as assimetrias, 80% dos falantes de língua portuguesa localizam-se no Brasil, fato que poderia produzir desigualdades nas políticas públicas envolvendo o idioma (FREIXO, 2009); além disso, Portugal nutre, em diferentes âmbitos culturais e políticos, o mito lusófono, como algo que confere uma narrativa mítica grandiosa para a identidade portuguesa (MARGARIDO, 2000). A partir disso, para se compreender a dinâmica dos encontros coloniais e pós-independência que envolveram as geopolíticas enlaçadas pela lusofonia é preciso entender o papel que a língua – e outros recursos simbólicos – operaram, seja na construção de uma imagem de

comunidade, seja na legitimação e naturalização das diferenças e hierarquias. Assim, defendemos que ambos os conceitos, globalização e lusofonia, exigem uma retomada histórica dos projetos coloniais, colocando em tela a heterogeneidade e fluidez dos jogos de poder. Ademais, assumimos que a globalização, embora esteja fortemente vinculada à lógica do mercado, não se resume a ela, incluindo, também, dimensões culturais, linguísticas e identitárias importantes.

Por fim, a lusofonia, embora seja uma ideia questionável em termos de projeto político unificador – especialmente no contexto africano –, mobiliza uma série de elementos simbólicos interligados, se apropriando, fundamentalmente, da “língua portuguesa” como recurso político poderoso que reforçou e reforça modos de diferenciação e classificação dos sujeitos. Além disso, a lusofonia se vinculou a um dado modo de funcionamento do aparelho estatal administrativo, que legitimou hierarquias através do domínio da língua portuguesa e de práticas letradas, seja no contexto colonial, seja no contexto do Estado moderno. Também, a lusofonia se vinculou a modos específicos de controle e apropriação econômica dos corpos, como a escravização, que usou a língua portuguesa como critério diferenciador. Por fim, a lusofonia se referiu, e se refere, a certos modos epistêmicos e culturais de representação do mundo colonizado por Portugal, que ainda ecoam contemporaneamente, como a ideia de que o compartilhamento da língua portuguesa definiria uma comunidade global. Diante do exposto, consideramos primordial uma releitura histórica e detalhada da lusofonia – a partir da perspectiva dos povos ex-colonizados – a fim de se compreender as ressonâncias coloniais ainda existentes em projetos com pretensões globais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ALKMIN, Tânia. A fala como marca: escravos nos anúncios de Gilberto Freire. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 221-229, 1. sem. 2006.
- ALANCASTRO, Luiz F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Tradução de Carlos Vogt e Eny Orlandi. 4.ed. São Paulo: Unesp, 1998 [1988].
- BAKHTIN/VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich. *Marxismo e filosofia da linguagem* [1929]. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Sítio oficial. Disponível em: <<http://www.cplp.org/>>. Acesso em: 08 set. 2016.
- COOPER, F.; STOLER, A. L. *Tensions of empire: colonial cultures in a bourgeois world*. Oakland: University of California Press, 1997.
- COUTO, Dejanirah. O papel dos intérpretes ou línguas no império português do século XVI. *Revista Helb*, Brasília, ano 5, v.1., p. 1-12, 2011. Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=1111&Itemid=16>. Acesso em: 18 jan. 2016.
- COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano? E outras interinvenções*. Lisboa: Editorial Caminho, 2009.
- CURTO, Diogo Ramada. Portuguese Imperial and Colonial Culture. In F. BETHENCOURT; D. R. CURTO (Ed.). *Portuguese oceanic expansion, 1400-1800*. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 314-357.

- DINIZ, Leandro R. A. Entre discursos mercadológicos e nacionalistas: apontamentos para o ensino-aprendizagem de português para falantes de outras línguas. *Entremeios: revista de estudos do discurso*, Vale do Sapucaí, v.10, p.5-8., jan./-jun. 2015. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br>>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- DISNEY, A. Portuguese expansion, 1400-1800: encounters, negotiations, and interactions. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Org.). *Portuguese oceanic expansion, 1400-1800*. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 283–313.
- ERRINGTON, Joseph. Colonial Linguistics. *Annual Review of Anthropology*, v. 30, p. 19-39, 2001.
- FARDON, Richard; FURNISS, Graham. *African languages, development and the state*. London/New York: Routledge, 1993.
- LEVISKI, Charlott E. Rumos da CPLP: Da dimensão ideológica linguística para econômica. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS, 7., 2015, Córdoba. *Actas ...* Córdoba: Facultad de Lenguas, Universidad Nacional de Córdoba, 2015. v. 1. p. 245-252.
- LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. Org. de Roberto Machado. 4. ed. Rio De Janeiro: Graal, 1984. p.1-14.
- FREIXO, Adriano de. *Minha pátria é a língua portuguesa: a construção da ideia de lusofonia em Portugal*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo, Brazil: Global, 1933.
- GONÇALVES, Perpétua. Lusofonia em Moçambique: com ou sem glotofagia? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA HISTÓRICA, 2., 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/lusofonia_em_mocambique.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.
- IRVINE, Judith. Subjected words: African linguistics and the colonial encounter. *Language and Communication*, Nova York, n. 28, p. 323-324, 2008.
- MARGARIDO, Alfredo. *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MATA, Inocência. Inocência Mata: a essência dos caminhos que se entrecruzam. *Revista Crioula*, São Paulo, n. 5, p.1-19, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/crioula/article/viewFile/54948/58596>>. Acesso em: 18 jan. 2016.
- MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair (Org.). *Disinventing and reconstituting languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2006.
- MIGNOLO, Walter D. *La idea de América Latina*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.
- NELLES, Paul. Chancillería en colegio: la producción y circulación de papeles jesuitas en el siglo XVI. *Cuadernos de Historia Moderna*, Anejo XIII, p. 49-70, 2014.
- NEUMANN, Eduardo S. A escrita dos guaranis nas reduções: usos e funções das formas textuais indígenas – século XVIII. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 49-79, jul./-dez. 2007.

- NOVAIS, Paulo. Guiné Equatorial: críticas mantêm-se um ano depois da adesão à CPLP. *Observador*, 22 de julho de 2015. Disponível em < <http://observador.pt/2015/07/22/guine-equatorial-criticas-mantem-um-ano-da-adesao-cplp/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.
- HALL, Stuart. Globalização. In: _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006. p. 67-76.
- KANDA, Almeida. *Repensar a história de Angola*. Uíge: Sediou, 2005.
- MINGAS, Amélia. *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira, n. 37, p. 04-25, 2002.
- PHILLIPSON, Robert. *Linguistic imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 25-102.
- _____. Do pós-moderno para o pós-colonial e para além de um e outro. *Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, Setembro de 2004. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SEVERO, Cristine Gorski. Línguas e discursos: heterogeneidade linguístico-discursiva e poder em Angola. *Veredas. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Lisboa, v. 15, p. 19-46, 2011.
- _____. A açucarada língua portuguesa: lusotropicalismo e lusofonia no século XXI. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, São Paulo, v. 15, p. 85-107, 2015.
- SEVERO, Cristine Gorski; MAKONI, Sinfree. B. *Políticas Linguísticas Brasil-África: Por uma perspectiva crítica*. Florianópolis: Insular, 2015.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. Do eurocentrismo ao policentrismo. In: SHOHAT, Ella; STAM, Robert (Org.). *Crítica da imagem eurocêntrica: Multiculturalismo e Representação*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 37-58.
- SILVA, Diego Barbosa da. *De flor do Lácio à língua global*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- SIPLE - Sociedade Internacional de Português-Língua Estrangeira. Sítio oficial <<http://www.siple.org.br/>>. Acesso em: 08 set. 2016.
- ZOPPI FONTANA, Mónica (Org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009.

Recebido em 23/03/2016. Aceito em 25/05/2016.